

4

O cotidiano: a edição e a reedição de contextos na dinâmica relacional

A nossa intenção não é tratar a prática familiar como vivida em um ambiente fechado, ao contrário, planejamos compreendê-la em suas justaposições com o mundo social. Neste capítulo, pretendemos explorar o cotidiano das famílias em seu espaço doméstico, acreditando que desta forma, ampliemos as possibilidades de discussão acerca da dinâmica relacional entre pais e filhos adultos e os mecanismos estabelecidos pela família, para a manutenção de um equilíbrio em seus limites.

Iniciamos esse percurso, citando Gilberto Freyre (1933; 1936), que ao longo de sua obra esclarece-nos da importância de se investigar a vida cotidiana das famílias, atribuindo a ela o valor de matéria-prima fundamental para a compreensão do domínio relacional do indivíduo e suas intersecções nas relações sociais. Assim, a informação de quem paga uma conta, de como é negociada uma ida ao supermercado, de como são as refeições em família e as programações para o fim de semana podem fornecer recursos valiosos para a análise de nossa questão.

Nesta investigação, pretendemos expor a importância das pequenas atitudes e das minimanifestações expressas no jogo interacional e vividas no cotidiano da família. Entendemos que o processo de interação se faz a partir de pequenas moléculas, de pequenos gestos e palavras pronunciados na relação. E ainda que o poder destes instantes da ordem do minúsculo reforça o valor da investigação da vida doméstica como recurso de compreensão da dinâmica familiar e, especificamente, da relação entre pais e filhos adultos.

Com o entendimento dessas pequenas transformações e o processo de negociação envolvido na constituição, viabilizaremos a possibilidade de uma reflexão efetiva sobre os sentimentos vividos pelos membros dessas famílias. Esses sentimentos se relacionam de forma íntima com a convivência do dia-a-dia e também com a idéia que subjaz, a ela, a separação. Reiteramos que o destaque dado ao convívio íntimo entre os sentimentos e a prática relacional entre pais e

filhos ancora-se no elo estabelecido por Giddens (1984). Este elo se institui a partir de uma formulação indicativa de que a análise das rotinas, inscritas na vida cotidiana, contém vários elementos psicológicos, que jogam luz sobre as interações. O autor estabelece um elo entre o que se passa em um contexto de interação e as experiências primárias vividas pelo ser humano.

Dessa forma, a rede de afetos envolvida nesse momento da família – quando a separação e a reorganização do espaço familiar fazem parte do imaginário de cada um dos membros – pode se revelar e constituir um importante pilar para o prosseguimento de nossa discussão. Ao lado dessa perspectiva de exploração da prática cotidiana, pretendemos abordar a dinâmica familiar, amparados pela noção da existência de um jogo constante entre as investidas de conquista de espaços pessoais e a preservação ou a recriação dos espaços coletivos no seio da família.

Visando um aprofundamento do nosso objeto de estudo, enveredaremos, no primeiro item deste capítulo, pelos caminhos da história da família brasileira, com o objetivo de buscar alguns fundamentos relativos às práticas relacionais. Essa via em muito se deve ao entendimento de que, nas interações, aspectos da herança cultural recebida de nossos ascendentes estejam presentes na prática familiar. A modernização, apesar de trazer a novidade e a possibilidade de mudança, não apaga, totalmente, o passado.

4.1

Uma perspectiva histórica, considerações sobre a prática familiar brasileira

Algumas das práticas cotidianas do Brasil colonial podem nos oferecer a possibilidade de esboçar as subjetividades daquele tempo e, sobretudo, fazer tentativas de desenhar as relações familiares de então. Em um primeiro momento, podemos citar como exemplo, a afetividade de um pai que transparece nos inventários que protegem seus filhos e filhas ilegítimos, as suas filhas solteiras; e também a preocupação com a ocupação dos seus filhos menores. Estas interpretações têm como base o estudo de Nizza da Silva (1998) sobre doações e

testamentos no início do século XIX.⁹ Essas práticas nos levam a pensar sobre tais subjetividades que, mesmo em dramáticas condições de vida social, nos deixaram as marcas de seus imaginários, fantasias, emoções e desejos, no que tange à família, como legado e fonte para o entendimento de alguns fenômenos do presente.

DaMatta (1985) assevera que a sociedade brasileira apresenta uma peculiaridade que é a de ter desenvolvido, ao longo dos séculos, formas de hierarquizar e manter essa hierarquia no mundo social. Atitudes como o já tão citado “jeitinho” brasileiro são exemplares da ojeriza à impessoalidade, contida no tratamento igualitário referido às relações sociais de hoje. Assim, podemos concordar com o autor a respeito de sua afirmação de que o modelo patriarcal permanece enraizado na cultura brasileira até os dias atuais. O exercício da história deste ideal nos leva a pensar que tal tipo de mentalidade e o modelo hierárquico possam estar presentes, ao menos de forma invisível, nas famílias de hoje.

O mesmo autor defende essa noção mostrando como atitude exemplar o modo como nos dias atuais nomeamos, tal qual nossos antepassados, a medida elétrica das lâmpadas de “vela” e a potência dos motores dos carros, ultramodernos, de “cavalos”. Se, em nossos discursos, nos referimos dessa forma “antiga” ao mundo dos objetos, poderia ser possível dizer que, as sombras de velhas posições hierárquicas, remanescentes do universo patriarcal, continuam afetando as relações no contexto familiar. Seguindo esse raciocínio, o processo de modernização, apesar de colocar em evidência o novo e proporcionar possibilidades de mudança, não elimina, totalmente, o arcaico e a herança recebida de nossos ascendentes. Conforme essas considerações, julgamos oportuno incluir essa breve revisão bibliográfica acerca da história da família brasileira.

A díade pais e filhos, assim como a díade marido e mulher, nos tempos coloniais era pautada por uma relação assimétrica de deveres e obrigações. Campos (2003, p. 438) formula que a vida familiar, ao se apresentar ao homem como uma atividade da ordem do poder sobre os outros, aí incluído o fato de que é o pai quem pune, provocava uma atitude complementar de distância emocional e

⁹ ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 136, pac. 4, doc. 48.

de formalismo, que parece ter sido intrínseca à institucionalização da autoridade paterna.

A relação entre pai e filho, vista por Freyre (1936) espelhava um abismo na sociedade patriarcal. Até os seis ou sete anos o menino era considerado um anjo, “andando nu pela casa.” (p.178) Após esta idade, transformava-se na encarnação do demônio, idade teologicamente imunda, de acordo com a visão dos clérigos. O menino era, então, essencialmente tolerado pelo pai e a uma distância de subordinado e inferior. Segundo o autor citado, a educação jesuítica exercia sobre o menino a mesma dominação do pai no reduto da família patriarcal, ou seja, visava produzir “adultos passivos e subservientes através da quebra da individualidade da criança.” (p. 181)

A *iaiazinha*, descrita pelo autor em *Sobrados e Mucambos* (Freyre, 1936) é um exemplo da severidade disciplinar no âmbito doméstico. Obrigada ao bom comportamento, era privada da liberdade de brincar e de ar livre. Desde os treze anos era habituada ao vestuário de moça, constituído do arrocho do espartilho e de trajas inadequados ao calor dos trópicos.

(...) menina aos onze anos, já *iaíázinha* era, desde idade ainda mais verde, obrigada a bom comportamento tão rigoroso que lhe tirava, ainda mais que o menino, toda a liberdade de brincar, de pular, de saltar, de viver no fundo do sítio, de correr no quintal e ao ar livre. (Freyre, 1936, p.234)

Confinada à casa, enfraquecida por uma dieta que visava evitar a robustez, em razão da vida excessivamente sedentária que levava, esta era a mocinha casadoira dos tempos descritos pelo autor.

Na São Paulo colonial, de acordo com Campos (2003), uma das especificidades desta sociedade era a de que os maridos, em face das dificuldades econômicas, podiam passar longas temporadas afastados da casa, muitas vezes longos anos, nos sertões, povoados, fazendas, em conquistas de terras. Com isso, ocorria um “matriarcado ocasional” (p.440), no qual a ausência do marido transformava a mulher em depositária da autoridade da família. No entanto, o símbolo da autoridade continuava sendo o homem, mesmo estando ausente, pois a autoridade era um atributo masculino. À mulher cabia o papel de mediadora das relações entre o pai e os filhos.

Os sentimentos filiais em relação à mãe eram de confiança e atração; em relação ao pai eram de respeito misturado com agressividade, conforme descrevem os testemunhos da época.

O filho-famílias, isto é, o filho que vivia com seus pais, investia-se de uma identidade diminuída, ensombrecida pelo vulto paterno. Leis e costumes velavam pela obediência filial, manifestada por um respeito ritualizado. O tratamento distanciado, de senhor e senhora, mantinha-se até o final da vida. O pedido humilde de bênção aos pais, conferia a estes um *status* sagrado, como sacerdotes do grupo doméstico. A negação da bênção e a ameaça de maldição funcionavam como instrumentos controladores de poder dos pais sobre os filhos. (Campos, 2003, p. 446)¹⁰

Em casa, a despeito da idade que pudessem ter, a hierarquia paterna transformava os filhos em humildes servos, sujeitos aos constrangimentos das leis internas à família. Ao filho não-submisso, como atestam os arquivos, só restava a fuga.

A educação no Brasil colonial era privilégio de poucos e exclusiva do sexo masculino, como ressalta Nizza da Silva (1998). Até a metade do século XVIII, a educação se concentrou nos colégios jesuítas, sendo que o objetivo da Companhia era o da catequese dos meninos índios e o da formação para a carreira eclesiástica. Após a sua expulsão do Brasil, foram substituídos pelos mestres régios, que ensinavam gramática latina, filosofia e retórica aos estudantes de famílias privilegiadas. Ao lado deste ensino, de aulas régias, começaram a surgir os primeiros colégios pagos e privados. Das primeiras letras até uma possível matrícula na Universidade de Coimbra, o caminho de investimento intelectual do menino dependia da capacidade do pai em arcar com as grandes despesas.

O caderno de assentos do coronel Francisco Xavier da Costa Aguiar¹¹, negociante em Santos (SP) no final do século XVIII, revela as despesas com o seu segundo filho, então em formação universitária em Coimbra, no período entre 1804 e 1810. O negociante anotou todos os gastos, desde a viagem de navio, incluindo livros, roupas, mesadas, até o transporte de volta para o Rio de Janeiro,

¹⁰ Conclusões de Campos, a partir da leitura do processo de divórcio entre partes de João Simões da Silva e Ignácia Correa de Castro. Curitiba, 1749. 15-10-163. Arquivo da cúria Metropolitana de São Paulo.

¹¹ Nizza da Silva, 1998, p. 226. Documento transcrito por A. J. R. Russel-Woods em Educação universitária no império português. Relato de um caso luso-brasileiro do século XVII, *Studia: Lisboa* 36: 7-38, 1973.

a compra do cargo de juiz de fora e provedor dos defuntos e ausentes no Pará. O total da despesa correspondia aos gastos de manutenção anual de toda a sua casa na vila de Santos.

A política da Coroa era o casamento para as meninas de etnia branca, em razão do seu reduzido número. Assim, não era incentivada a criação de conventos em terras brasileiras. Para os pais que não conseguiam um casamento para as filhas, de acordo com a condição social da família, a solução priorizada era assegurar a sobrevivência delas entre as paredes de conventos ou das casas de reclusão. Estas, então, foram criadas para, ao lado dos poucos conventos, acolherem as meninas e moças que não se destinavam ao casamento.

A reclusão das filhas em conventos era símbolo de prestígio social. Em fins do século XVIII eram várias as petições de pais para fazerem entrar as filhas em conventos.

Em 1777, Paulo de Argolo pedia num só requerimento a reclusão de 4 das 10 filhas que tivera; em 1780, o ensaiador da prata António José Fróes e a viúva do coronel José Rodrigues Pinheiro requeriam a aceitação das suas filhas na vida conventual. Mas nem todas podiam ser atendidas dado o escasso número de vagas”. (Nizza da Silva, 1993, p. 64)

Para tanto, era preciso um elevado dote, sendo que o dote religioso equivalia a um dote de casamento; assim, era restrito às famílias de elite e um símbolo da nobreza.

De início, as casas de reclusão não tinham a preocupação com a instrução das moças. Todavia, em fins do ano de 1798, o bispo de Olinda (PE) Azeredo Coutinho desenvolveu um plano de estudos, adequado aos papéis e funções das mulheres, a ser realizado nas casas de recolhimento (Freyre, 1936; Nizza da Silva, 1998). A educação feminina se basearia no aprender a ler, escrever, contar, bordar e costurar, habilidades suficientes para desempenhar suas funções. “As mulheres têm uma casa que governar, marido que fazer feliz e filhos que educar na virtude, na casa paterna desenvolvem a ociosidade que as leva a uma pernicioso sensibilidade para divertimentos e curiosidade pela vida alheia.” (Nizza da Silva, 1998, p. 235)

Quanto aos meninos, quando uma família destinava um filho a “tomar o estado eclesiástico” (Nizza da Silva, 1998, p. 69), poderia fazê-lo já aos 7 anos de

idade, e este poderia ser aceito desde que a família tivesse limpeza de sangue, de vida e de costumes e que pudesse arcar com um dote. A ocupação dos filhos, a garantia de seu futuro, era uma das preocupações dos pais. Ter um filho padre, juiz ou militar fazia parte dos projetos da família colonial brasileira. Ser professor era uma opção que se apresentava apenas quando não havia outra possibilidade, por trata-se de atividade pouco rendosa. Os filhos de pequenos lavradores raramente poderiam ter acesso a uma educação deste tipo, pois em geral viviam em locais mais isolados e desde pequenos eram destinados à agricultura, como os pais.

O menino que passava rapidamente de anjo para demônio, de acordo com Freyre (1936), se transformava em rapaz, também rapidamente, já querendo cultivar as barbas e os bigodes, como os mais velhos. O prestígio do homem adulto era inegável nesse sistema, e o culto ao senhor patriarcal era requerido de todos. Dessa forma, percebemos a intenção da educação dos meninos: domar o demônio que existia dentro deles, atropelando a infância.

(...) os jesuítas valorizavam o menino inteligente (...) mas essa valorização artificial era conseguida, sacrificando-se na criança sua meninice, abafando-se sua espontaneidade, secando antes do tempo sua ternura de criança (...) os jesuítas em parte falharam na sua brava oposição ao sistema patriarcal das casas-grandes: aos excessos de absorção do filho pelo pai, do indivíduo pela família. (Freyre, 1936, p.185)

Freyre, assim, sublinha a força do modelo patriarcal, um modelo que asfixiava as tentativas de oposição ao poder total do pai.

No entanto, com a presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro, mudanças expressivas ocorreram no cenário da educação. Segundo Costa (1979), a visão higienista, na educação das crianças procurava corrigir os hábitos coloniais do ócio. A recreação deveria ser formativa; para tanto, exercícios físicos eram prescritos. Às meninas, recomendavam o canto, a declamação e o piano. Aos meninos, salto, corrida, natação e esgrima. No entanto, a dança era aconselhada a ambos os sexos, em razão de sua qualidade de criar atitudes respeitosas. Um outro aspecto da educação, moldada pela visão médica de então, era a masturbação. Concebida como uma grande fonte de risco para a saúde da criança, era prevenida, combatida e sujeita a constante vigilância por parte da instituição escolar.

Mudanças no cenário da educação feminina foram introduzidas logo após a instalação da corte no Rio de Janeiro. Anúncios de colégios particulares na *Gazeta do Rio de Janeiro* (n. 52, 1819) atestam essa realidade. De acordo com eles, havia preços diferenciados em função do número de atividades disponíveis para as moças.

Como pudemos observar, existia uma história “ideal” e um conjunto de convenções, regras e leis que se constituíam com base em um discurso oficial da época colonial. Entretanto, pelo que pode ser percebido, este discurso não era extensivo na prática, a todo o conjunto social. Especificidades regionais garantiam diferenças nas organizações familiares e nos papéis desempenhados por seus membros. Essas constatações foram suficientes, por exemplo, para o questionamento do padrão patriarcal generalizante e para a visão da mulher como submissa e dócil (Samara, 1986). Com isso, percebemos as diversificações tanto nos modelos familiares quanto no exercício dos papéis e funções dos indivíduos no universo da família colonial brasileira. Outra referência exemplar da prática familiar da elite de então era a da colocação das filhas solteiras em casa de recolhimento, devido à preocupação dos pais com seus destinos, diante da falta de opções através do casamento.

Em razão dessas breves apreciações históricas, tivemos a oportunidade de entender, além das práticas familiares, os comportamentos que fugiam aos ideais das convenções sociais. O abandono dos filhos ilegítimos, por exemplo, revelava que o discurso oficial não se fazia como prática social. Da mesma forma, o abandono das esposas em conventos ou casas de reclusão pelos maridos, que eram apoiados extra-oficialmente pelas estruturas de poder de então. Aliada a estes fatores havia a discriminação sexual na criação e educação dos meninos e das meninas.

De acordo com o romance de Mário de Andrade, *Amar, verbo intransitivo* (1927), que relata o relativo fechamento de uma família de São Paulo e o sentimento de mal-estar vivido em relação aos estranhos a ela, percebemos a constituição de uma nova rede de emoções. Essa constatação é exposta por D’Incao (1995), cuja pesquisa apresenta uma importante investigação sobre a construção dos sentimentos modernos na família brasileira, observados com base na literatura do final do século XIX e o início do século XX.

Mário de Andrade, na obra acima citada, realça os novos sentimentos que passaram a habitar o mundo familiar urbano, o mundo burguês. Esses sentimentos referem-se ao estranhamento do indivíduo em relação à comunidade, ao privilégio dado à privacidade e à constituição da família como um grupo nuclear. Paralelamente, o autor sublinha a divisão de papéis em torno da figura da mãe e esposa dedicada, assim como o de um pai autoritário e responsável. D’Incao, com base nessas observações, afirma: “As emoções comuns acabam por serem controladas, civilizadas; quando isso ocorre, a sensibilidade burguesa está instituída.” (1995, p.132)

DaMatta (1985) vai além de uma visão dual da família brasileira ao afirmar que ao lado das duas entidades consideradas fundamentais na sociedade, a casa e a rua, existe uma outra: o outro mundo. Esses três espaços, em relação permanente, “são modalidades de relacionar conjuntos separados e complementares de um mesmo sistema social”. (p. 61) A casa, metáfora da família, é o lugar dos laços de afeto e lealdade; a rua revela o mundo com seus imprevistos e paixões, é um palco de luta, onde todos estão contra todos. Este mundo – a casa e a rua – se relaciona com o outro mundo por meio de preces, milagres e graças, uma ligação complexa e forte. Esse espaço, domínio dos mortos, permite a apreensão de uma realidade social marcada pela esperança e potencialidade. Expressa a idéia de renúncia do mundo com suas dores e ilusões e tenta relativizar ou sintetizar os outros dois.

De acordo com a lógica da casa, a rua é vista como o lugar do cada um por si, percepção que revela uma noção negativa do individualismo, do conflito aberto e da discussão. Em casa, imperam a intimidade, os afetos e o respeito, definidos pelos sexos e as idades. A lógica da autoridade e da hierarquia conforma a família como um espaço moral. No entanto, DaMatta afirma que estes discursos se relativizam em razão da classe social em questão. Por exemplo: as classes mais populares têm tendência a por em relevo a lógica da casa, e as superiores, a da rua.

Ainda segundo DaMatta (1978), o sistema hierárquico é compreendido como o lugar no qual um sujeito tem precedência sobre o outro. O sistema hierárquico brasileiro é fundado nas idéias de respeito, favor, honra e consideração, dentre outras. No Brasil existe uma sociedade com dois ideais, o da igualdade e o da hierarquia, diz DaMatta. Acrescentamos a essa formulação, o

impressionante embate entre os valores tradicionais de uma sociedade e uma nova moral, introduzida pela juventude, pela nova geração. O conflito tem lugar na Rússia dos czares e é brilhantemente descrito por Turguéniev (1862), em *Pais e Filhos*. Em um determinado momento da obra, o autor descreve um diálogo entre Pávriel Píetrovitch, representante da tradição e o jovem Bázarov. Nesse diálogo, a vestimenta de cada um dos personagens serve de instrumento para o autor expressar a luta entre dois ideais contrastantes, o velho e o novo, o sentimento do dever e o questionamento do que seria um princípio ou uma moral.

Voltando a DaMatta (1978), este assevera que o rito autoritário indica uma situação de conflito, e o brasileiro é avesso a crises. O conflito aberto seria um traço do igualitarismo, marcado pelo pressuposto da diferença de opiniões, por isso é evitado, assim como é visto como um sentimento que deve ser reprimido. Não pode ser visto como uma crise no sistema, pois requereria uma modificação no próprio sistema, na teia das relações. Por isso, o conflito é pessoalmente circunscrito e tende a ser resolvido em âmbito pessoal.

Existe, assim, um paradoxo em nossa sociedade, nos termos de DaMatta. Esse paradoxo refere-se ao descompasso entre o mundo das regras e leis e a prática cotidiana, esta calcada no modelo hierárquico. Dessa forma, existem duas atitudes distintas coexistindo no sistema de relações sociais: a atitude igualitária e a hierarquizadora. Essa coexistência parece admitir que as práticas a elas relacionadas se alternem de acordo com o contexto em que atuam. “O igualitarismo individualista quase sempre se choca de modo violento com o esqueleto hierarquizante de nossa sociedade.”(1978, p. 184)

Acrescentamos que outros estudos sobre a família brasileira, como o de Figueira (1986), Salem (1986), Ramos (2006), reiteram a importância das contradições vividas no espaço familiar no que tange a coexistência dos modelos tradicionais e dos igualitários. Essas conclusões significam que a hierarquia tem seu lugar na família contemporânea brasileira. Para ilustrar tal afirmação, recorreremos a um relato de nossa pesquisa anterior (Henriques, 2004):

O filho adulto tem uma visão diferente de pai e mãe; ele se vê de igual para igual com o pai, em termos de trabalho, conhecimento, isso incomoda a ambos, quando há divergência, o Bruno fica parado, não ganha o espaço que gostaria de ganhar, por uma questão de respeito, talvez. (Beatriz, mãe de Bruno)

4.2

Um espaço entre quase iguais

A esfera das relações interpessoais sofreu grandes alterações no panorama contemporâneo. Com isso, as interações vividas entre os cônjuges e entre pais e filhos se reeditaram. As transformações vividas no domínio familiar têm como mola mestra a ideologia do igualitarismo nas relações. Assim, os relacionamentos vivenciados em família, antes submetidos a uma hierarquia caracterizada pela rigidez, agora se flexibilizam e são normatizados pelos ideais igualitários. As diferenças de sexo e idade se esmaecem e passam a incorporar o diálogo, a troca e a cooperação.

Encontramos em Giddens (1999) o conceito de “relação pura”, que em muito esclarece a forma como os relacionamentos atuais vêm sendo vividos ou desejados. Dessa maneira, o entendemos como fundamental para esta discussão sobre a convivência intergeracional no território familiar contemporâneo. Para o autor, as transformações na vida cotidiana familiar, observadas na atualidade, dizem respeito a uma transição básica em relação à natureza dos laços envolvidos. Estes, nas sociedades pré-modernas baseadas no sistema de parentesco, apresentavam-se como naturalmente outorgados por se constituírem por meio de elos biológicos e pelo casamento. A confiança nos relacionamentos, por exemplo, era aceita implicitamente, o que não ocorre nas relações atuais.

Hoje, as relações não estão mais ancoradas na vida social e econômica, e sim na sua própria capacidade de produzir satisfação de modo recíproco: ela existe por si mesma, e se algo vai mal entre os parceiros, este fato é suficiente para abalar a relação. O que define a relação é que ela é pura por estar atrelada somente ao que pode trazer de satisfatório aos envolvidos – este é o seu critério. Sem as referências externas advindas de outros indivíduos, grupos ou instituições, as relações surgem como uma trajetória relacionada acima de tudo aos projetos individuais. O compromisso é a sua base e substitui o anterior endossamento dos laços externos preexistentes, como é o caso do sistema de parentesco. O compromisso deve ser entendido sob uma perspectiva histórica nova; ele faz parte de uma troca de esforços. Sendo assim, não é “dado”, é construído na relação.

A relação pura tem sua gênese, sobretudo na esfera da sexualidade, do casamento e da amizade, para Giddens (1999). É, contudo, no âmbito da relação pais e filhos, que ela ganha contornos mais específicos. Nesse caso, observamos uma relação assimétrica quando referida a famílias com filhos pequenos ou adolescentes. Há um desequilíbrio de poder, uma relação mais desigual, em razão da demanda de deveres e obrigações esperados dos pais. Existe um contexto de dependência infantil referendado pelo processo de socialização, mas o relacionamento é desenvolvido de uma forma mais suave e mais igualitária, que em momentos tradicionais anteriores. Assim, a transformação das relações na esfera interpessoal se verifica na relação entre pais e filhos, só que de uma forma diferenciada. À medida que os filhos crescem e vão ganhando autonomia, mais o relacionamento vai se aproximando do que Giddens defende como relação pura.

A família cujos membros são todos adultos e convivem cotidianamente constitui um espaço inédito para se pensar a questão proposta pelo autor. Entendemos o caráter generalista do conceito e a diferenciação que ocorre quando a relação se processa no domínio pais e filhos. Muitos elementos entram em jogo quando se trata de tal relacionamento e apontamos o nexa psicológico como co-participante na construção da relação.

Seguindo com Giddens, podemos admitir que o relacionamento entre pais e filhos adultos é normatizado pela relação pura, e só se mantém porque é satisfatório para ambas as partes. No entanto, pressupondo que exista dependência emocional na relação, encontramos uma desigualdade. Ainda uma outra questão seria a hierarquia na família. Essa, por mais que tenha se flexibilizado, existe e deve ser considerada na compreensão da dinâmica familiar: assim, um certo desequilíbrio de poder se configura neste universo. Portanto, a relação contém tensões internas e contradições, porém não é vulnerável. O horizonte da lealdade – não só com o outro, mas com a relação – é uma importante fonte de apoio neste contexto familiar. Nesse caso, não há a exclusão de critérios morais externos, uma vez que a relação pais e filhos é um referencial da cultura tradicional.

Por sua vez, o discurso igualitário se dá mais no âmbito das idéias do que nos termos da prática cotidiana, se pensarmos como Kaufmann (1992). O discurso pode se dar no domínio do ideal; no entanto, os gestos e os atos podem se revelar profundamente desiguais. Um exemplo desta descontinuidade poderia ser

a divisão de tarefas domésticas entre cônjuges, prevista nos moldes igualitários. O autor não nega a potência do ideal igualitário, contudo o relativiza ao evidenciá-lo como um imperativo social, que obriga o indivíduo a se posicionar e se justificar diante de tal ideal. A regra da igualdade perde sua força no cotidiano, nas desigualdades inscritas na concretude das práticas. A idéia de igualdade, todavia funciona de modo operacional; constitui uma forma essencial de estruturação dos papéis domésticos no presente e no futuro da vida em comum.

A diferença entre o ideal e a prática remete à evidência de contradições e impasses vividos na esfera doméstica, quando o tema em questão é a divisão das tarefas da casa, no caso dos cônjuges apontados por Kaufmann. Acrescentamos que essa mesma discontinuidade possa se dar na esfera da convivência entre pais e filhos, na atualidade. Os discursos tradicionais e igualitários convivem na prática cotidiana da família e se expressam como dois registros diferentes e construídos em momentos históricos e socioculturais diferentes. Assim, podem trazer ao espaço familiar situações de mal-estar e impasses na relação entre pais e filhos, ao criar um ambiente de contrastes e ambiguidades na comunicação da família. A idéia é fluida em suas aplicações no domínio familiar de adultos, uma vez que existe a hierarquia parental – esmaecida, porém, presente nas relações.

Voltando a Giddens, este autor nos diz que a autonomia significa “a capacidade de auto-reflexão e autodeterminação dos indivíduos: um movimento em direção a mesma inclui deliberar, julgar, escolher e agir diante de diferentes cursos de ações possíveis.” (1992, p. 202) A autonomia e a autoridade são categorias indispensáveis em uma discussão que tenha o propósito de compreender a dinâmica interna destas famílias. Assim, o autodesenvolvimento deve ser livre e igual, como também deve haver limitação de poder. Este deve ser distribuído como em uma democracia, em seu sentido de esfera pública. Todavia, essa contenção de poder não significa uma negação da autoridade: segundo Giddens, esta só se justifica até o ponto em que reconhece o princípio de autonomia. Segundo a noção de relação pura na esfera de adultos, a autoridade existe como um aspecto de especialização. Em outras palavras, uma pessoa desenvolve habilidades específicas que a outra não possui; não seria exatamente autoridade sobre o outro, e sim uma sabedoria a mais. Em uma relação, como a de pais e filhos, em que a autoridade se faça presente, de modo explícito ou não, a

suposição é a de que haja espaço para a exposição de argumentos em um mesmo nível de igualdade.

Singly (2005) afirma que a independência adquirida com a emancipação deve ser associada à autonomia, à capacidade de dispor de seu próprio mundo. A independência deve servir à edificação de um mundo pessoal, autônomo, no qual o indivíduo cria suas próprias normas. Em um plano ideal, o individualismo é uma forma de vida em sociedade que permite a cada um delinear os reconhecimentos necessários para a produção de sua vida, para o que deseja realizar. No entanto, segundo o autor, o individualismo é um horizonte político, em razão de não ser acessível a todos.

De acordo com Ramos (2006), para um filho adulto que mora com os pais, a questão da definição de si próprio como adulto é menos importante que a noção de autoria de sua própria vida, ou seja, a sua autonomia, sobretudo no terreno das relações intergeracionais. Parece haver uma discrepância entre a definição do que é ser adulto e a concepção de autonomia, no momento atual. A ausência de rituais de passagem promovidos pelo coletivo, observada na sociedade contemporânea, dificulta a visão cíclica do desenvolvimento. As etapas de vida sincronizadas não se coadunam com as mudanças, prolongamentos e adiamentos destes estágios evolutivos, presentes no contexto contemporâneo.

Ramos (2002) propõe uma nova perspectiva, a de que a autonomia desses filhos é construída na relação com os pais e se processa através de micromudanças vividas no espaço familiar, como o lugar de cada um na relação, o estabelecimento de novas regras de convivência, a utilização do espaço físico da casa, entre outras. Estas microtransformações na vida cotidiana são acompanhadas de ações, que permitem a elaboração de um sentido de autonomia e de definição de si:

Enquanto nos ritos o sentido vem do coletivo e é predeterminado, nesse caso o sentido é definido pelo indivíduo e fabricado na interação em que cada um dos pais é um interlocutor singular e em que a dimensão do grupo familiar cede lugar às negociações interindividuais. (Ramos, 2002, p. 46)

Assim, a autonomia é forjada na interação e independe da normatização dos contextos externos. Dessa forma, a relação pais e filhos põe em relevo o que

faz sentido para ambas as partes, as negociações se estabelecem em função das demandas cotidianas e podem conferir ao espaço familiar um ambiente de parceria.

Sendo a autonomia construída na relação, através de pequenos movimentos que levam à mudança e a promovem, faz sentido pensar na importância do espaço físico da casa. A vida em família carrega a dualidade dos territórios coletivos e individuais, oscila entre a vida em comum e os espaços pessoais. Singly (2000) afirma que o temor do indivíduo contemporâneo é perder sua independência ou, ainda mais, perder a si próprio, em situação de coabitação. O autor se reporta ao paradoxo do individualismo, o fato do indivíduo adulto desejar “viver com”, estar junto e estar só, uma vida dupla que acumula ao mesmo tempo essas duas possibilidades. A divisão do espaço físico da casa é então fundamental para os coabitantes.

A função da sala da casa da família, por exemplo, é a de promover os encontros e a proximidade entre os membros da família, em função de sua característica de espaço comum. No entanto, esse campo é um território regulado pela ordem parental, ou seja, o acento é colocado na dimensão dos pais, no que concerne às regras de utilização deste espaço coletivo. É uma peça comum, porém, predominantemente parental; portanto, cabe aos filhos o ajustamento nesse domínio assimétrico. Em geral, esse cômodo da casa é decorado pelos pais e a história dos objetos e móveis passa a fazer parte da memória familiar. O espaço físico deste ambiente é estreitamente vinculado à representação da família.

Por outro lado, a sala pode significar para os filhos uma área de passagem, um lugar desprovido de referências próprias ou marcas pessoais. Um terreno habitado na ausência dos pais ou, então, no caso da presença destes, guardando a característica de utilização por pequenos espaços de tempo. O tempo das conversações, das refeições, do uso de um sofá para a leitura do jornal, assistir a um programa de televisão em conjunto, ouvir música, por exemplo. Dessa forma, a sala se constitui como um espaço comum, ordenado por regras parentais e, assim, utilizado pelos filhos de forma pontual. No entanto, pode ser instituído um espaço de transição entre a sala “dos pais” e o quarto dos filhos, um espaço obtido pela negociação, que pode ser um outro ambiente da casa, como um *hall* de entrada, o quarto de televisão da família, por exemplo. Esses espaços poderiam

abrigar alguns objetos pessoais dos filhos e um pouco da “desordem” associada a eles. Entendemos que se um espaço da casa é defendido como estritamente pessoal, com uma dominância de ordem parental ou filial, esse espaço perde suas características de “ambiente” familiar.

O quarto é o espaço da casa que pode ser representativo de um “pequeno mundo”. A esse respeito, Ramos (2000) ressalta o significado de um quarto com frigobar e cama de casal, para um filho adulto, como sinal de reconhecimento de sua independência e que funciona como um ritual de passagem para a saída da casa dos pais. Esses objetos podem simbolizar uma ruptura com a vida cotidiana familiar; o quarto se torna um espaço mais distanciado do coletivo. No entanto, para que este fato possa se concretizar, talvez seja preciso que os pais percebam, ao mesmo tempo que os filhos, que uma distância apropriada deve ser construída nesta relação.

Um dos rituais de passagem à vida adulta refere-se concretamente ao sair de casa, ou simbolicamente sair, ao assumir uma postura independente em relação aos pais, sustenta Berthoud (2003) Nesse caso, mesmo sendo coabitantes, pais e filhos poderiam viver o impacto deste movimento em rumo à autonomia. Esse momento de vida, em que o filho é adulto e poderia ser nomeado como “o filho-outro”, se caracteriza por uma relação de iguais vivida em família, uma relação de equilíbrio e troca. Assim, é construída uma relação de iguais com o filho-outro, baseada em parceria e amizade. Essa mudança na estrutura da relação envolve a percepção de outros sistemas que interagem no relacionamento, ou seja: as modificações ocorridas nos filhos, nos pais e no contexto social favorecem esta transformação. Assim, a resignificação dessa relação é considerada como de segunda ordem sistêmica, concebida segundo a ótica de que um necessita do outro para construir significados, quando se trata de buscar sentido para uma experiência.

A resignificação da relação entre pais e filhos adultos passa pelo reconhecimento dos espaços pessoais e coletivos, no que concerne aos membros da família. Vem a ser a construção de um novo espaço, o “espaço familiar” no que era antes um espaço parental. A compreensão deste espaço familiar está vinculada ao princípio de uma relação entre iguais. O que resulta da construção deste ambiente familiar é a convivência, o cotidiano da família, entendido como

território da mutualidade, da troca, da possibilidade de compartilhar sentimentos e da cooperação.

A produção do espaço familiar é evidenciada e construída nos espaços comuns da casa da família, ou seja, na sala, na cozinha, na varanda ou no quintal. Essa zona de relações favorece a edificação do espaço familiar. O fato de compartilhar interações em um espaço comum da casa pode permitir a construção de sentimentos de um viver compartilhado. A instituição do espaço familiar é possível a partir da integração das diferentes participações dos membros. Essa convivência é mais do que um tempo passado em comum no exercício de uma atividade; ela é a possibilidade de experimentar os sentimentos de um conviver prazeroso, produzidos pelos laços afetivos estabelecidos nas zonas de interação. Dessa forma, a convivência é forjada na proximidade física e afetiva, e motivada pelo prazer de partilhar interações.

O fato de deixar os espaços individuais para se encontrar no espaço familiar pode ser convencionado, pelos membros da família, por atividades triviais, como tomar um café juntos, para dessa maneira, poder comentar ou trocar impressões sobre outros assuntos. Esse simples momento porta o significado de integrar as participações de cada um e, paralelamente, conotá-las como válidas. Esse momento é reconhecido como integrador e é estimulado e instigado pela família, como um modo de promover a utilização do espaço familiar.

Por outro lado, algumas atividades habituais – que poderiam ser consideradas como obrigatórias e não prazerosas pelos membros da família – poderiam carregar uma “dupla mensagem”, no que concerne a uma virtual participação no contexto do espaço familiar. Elas podem também conter a possibilidade de se transformarem em um momento de mutualidade e do sentimento de estar junto. Ocasões exemplares seriam as refeições da família ou os comentários sobre a administração da casa, envolvendo a economia dos bens comuns, o pagamento das contas, entre outros. Estes momentos podem portar as duas dimensões, obrigação e prazer, dependendo da singularidade de cada família. Contudo, todo esse espaço-ambiente familiar só vai ser possível se a relação entre pais e filhos for flexível o suficiente para comportar uma ressignificação relacional. Isso quer dizer que é preciso que ocorram os reajustes necessários na

relação, para que os espaços pessoais de cada um dos membros sejam respeitados e o ambiente familiar possa ser constituído.

O prolongamento da proximidade afetiva, sob o ponto de vista relacional, inscreve as relações entre pais e filhos adultos em uma dinâmica de individualização e não de dependência dos filhos, de acordo com Maunaye (2001). A prova disso é que as regras e normas que regem a dinâmica familiar podem ser quebradas e negociadas pelos filhos, o que demonstra o reconhecimento das aquisições de autonomia pessoal dos últimos. Estudos sobre a decoabitação ou a vida fora da casa dos pais (Maunaye, 2001 ; Heath, 2003) mostram que as negociações continuam nas relações entre pais e filhos e ainda se tornam mais harmoniosas em razão de uma mudança relacional. Após a saída dos filhos, as relações dão continuidade às ações de orientação e suporte relacional entre pais e filhos.

Ao esperar a saída dos filhos da casa, a vida familiar se organiza de forma a deixar espaço para a expressão de autonomia dos filhos. Os pais entendem que este acolhimento atenua os efeitos dos obstáculos produzidos pelas dificuldades do mundo do trabalho, sendo assim, uma estratégia diante de uma inserção profissional em um prazo maior. Além disso, a coabitação prolongada pode ser também considerada como uma estratégia em função da economia e do acúmulo de recursos que permitem aos filhos ter acesso mais facilmente à independência.

4.3

O reverso da moeda: a saída dos filhos da casa parental

Para Singly (1996), a prova socialmente estabelecida do sucesso da construção identitária, é a saída da casa dos pais. O ato da saída, em geral, é uma iniciativa do jovem. É esperado que comunicar este fato faça parte do processo de aquisição de autonomia. Essa comunicação é parte de um processo, iniciado na esfera relacional, no qual o incentivo dos pais impulsiona as atitudes do filho, no sentido de tomar a decisão.

No caso da coabitação prolongada, duas questões se colocam aos pais, explica Maunaye (2001): quando intervir na decisão da saída e como intervir. Algumas mães, de acordo com a pesquisa da autora, realizada na França em 1997,

dizem “que dão a entender” aos filhos sobre as vantagens de construir uma vida “solo”. O sub-entendido poderia ter um valor de injunção, de mandato, em tais circunstâncias; sendo assim, os filhos entenderiam essa comunicação? De acordo com Maunaye, as intenções escondidas nas comunicações não explícitas ajudam o filho a tomar a decisão. Ele pode perceber a mensagem, caso ela se desdobre em atos, como a compra de um objeto para a futura casa ou a abordagem de um assunto ligado às vantagens da vida independente, fora do reduto familiar. No entanto, se pensarmos como Singly (1996), a eficácia do ato de sair de casa, tanto para os pais como os filhos, está intimamente vinculada ao fato de a comunicação partir dos filhos. Estes ressaltariam, com essa decisão, a necessidade do alargamento de seus domínios pessoais, conquistada por uma relação suficiente com os pais e com a vida social, em termos de aquisição e construção de autonomia.

Assim, orientar ou dar a entender sobre a saída – por parte dos pais – pode ser visto como um ato de desvalorização da capacidade de emancipação do jovem. Poderia construir uma imagem negativa do filho, aos seus próprios olhos e aos dos outros. E ainda poderia constituir uma injunção contraditória: tornar o campo relacional ambíguo, uma vez que as vozes contrastantes implicam desorientação. Portanto, diante de um contexto ambíguo em ação nos limites da família, ressaltamos a importância do interjogo vivido na dinâmica familiar, referente à saída dos filhos.

A enunciação do momento da partida se apresenta como difícil para todos os membros. As mães podem se sentir com poucas possibilidades de manejo da situação, diante das razões acima descritas. Os filhos precisam comunicar a saída em seus próprios termos, sendo cuidadosos com o conteúdo de seus discursos, de forma que este não repercuta no futuro da relação com os pais. O jogo relacional é representado em um contexto de dissimulações, objetivando não ferir as sensibilidades de cada um dos envolvidos. Assim, a enunciação pode vir acompanhada de explicações atenuantes – seriam precauções, com o intuito de evitar problemas diante de um tema tão sensível para todos.

Diante da situação de decoabitação exposta acima, acreditamos que ela possa ser um evento importante, mas não o bastante para a conquista de uma autonomia básica. Dependendo do tipo de saída, que pode ser motivada por

múltiplas razões, entre as quais os estudos, trabalho, vida a dois ou outras, entendemos que a independência pessoal possa não estar a ela atrelada. Por exemplo: o filho que parte para uma vida conjugal pode despertar na mãe uma atitude mais cautelosa em relação à continuidade de orientação e suporte na relação pais-filho. Em contra partida, o filho que vai morar sozinho pode autorizar maior proximidade com os pais, dificultando, assim, a representação de si, como separado da família de origem. Assim, a saída de casa, em si, pode não provocar uma transformação identitária no jovem, em relação ao ambiente familiar.

Existem diferenças observáveis no processo em direção a autonomia entre os jovens franceses e os espanhóis, no ponto de vista de Gaviria (2001), e evidenciado em sua pesquisa com jovens de 25 a 29 anos. Os jovens franceses se inscrevem em uma lógica de experimentação de modos de vida e os espanhóis, em uma lógica de estabilidade. Isso quer dizer que os jovens franceses, ao saírem da casa dos pais, se deixam levar por um percurso incerto, podendo viver em concubinato, sós, em um ir-e-vir mais solto. Os espanhóis, ao contrário, saem da casa dos pais quando se percebem em situação de estabilidade, podendo dar continuidade ao conforto vivido na casa paterna, em razão disso, buscam um emprego estável e uma moradia confortável.

Na França, tornar-se adulto significa se desvencilhar do estatuto de filho para poder desenvolver cada vez mais sua identidade pessoal. Os franceses alcançam mais cedo do que outros, o estatuto de “companheiro de”; assim deixam de lado sua identidade filial. Para compreender essa transformação, segundo Gaviria, é preciso dirigir o olhar à separação dos territórios íntimos entre pais e filhos no espaço familiar, ou seja, as zonas comuns da casa e o quarto do jovem. Ao fazer de seu quarto um pequeno mundo, no qual se refugia para conquistar um território pessoal e ganhar mais autonomia na relação com os pais, delimita a proximidade física e afetiva, com o apoio dos pais.

Os jovens espanhóis experimentam sociabilidades que se sobrepõem, de forma que têm a tendência de integrar em si mesmos, os estatutos de “companheiro de”, “amigo de”, “filho de”. A vida cotidiana da família se entrecruza constantemente, e não são estabelecidos limites rígidos nos espaços da casa. Assim, na França, deixar a casa dos pais tem uma importância simbólica para a conquista de autonomia. Para os espanhóis, o casamento representa essa

conquista. De acordo com Gaviria, 70% dos jovens na Espanha saem da casa dos pais para se casar.

Em relação ao momento de ser considerado como adulto, na França ele é compreendido em uma lógica de autonomia. Os pais fazem o possível para que este processo seja educativamente realizável. Na Espanha, os pais defendem a idéia de que para se tornar adulto bem-sucedido é preciso um forte sentimento de pertencimento familiar. Os bons pais são aqueles que oferecem um bom ambiente familiar, no qual os filhos podem encontrar seu equilíbrio até que tenham condições financeiras para deixar a casa paterna.

Segundo Gaviria (2001), os jovens espanhóis dizem se sentir bem no espaço familiar e que não se sentem atraídos por um modo de vida solitário, por isso é comum deixarem a casa dos pais no ato do casamento. Dizem ainda que não compreendem porque os franceses julgam mal, ou consideram anormal, o jovem que trabalha e tem um bom salário morar com os pais, se não for casado.

De acordo com um estudo sobre as transformações das relações entre jovens e seus pais na Itália, realizado por Santoro e Rebughini (2003), a família italiana é caracterizada pelo excesso de proteção exercido pelas famílias. O prolongamento da convivência familiar é um hábito nacional. Normalmente, a decoabitação se dá por volta dos 30 anos, com os jovens já independentes financeiramente. Tal situação não é vista com maus olhos pela sociedade italiana, pois a saída de casa está associada ao casamento, a mudanças profissionais, assim como, ao estatuto de adulto. “O retardo na decisão de sair da casa dos pais e se tornar independente da família é o resultado de um conjunto de orientações culturais e sociais compartilhadas e que se manifestam e legitimam no interior da família.” (Santoro e Rebughini, 2003, p. 120)

A saída não é vista como uma exigência, nem como uma etapa inevitável de emancipação. A família é um espaço protetor por excelência, no qual se pode viver o conforto afetivo e o relaxamento do stress cotidiano. Assim, o viver em família, para os jovens, é uma escolha “estratégica e instrumental”. As autoras pontuam a dificuldade do jovem em se imaginar só. A solidão é considerada como uma condição a ser evitada e eliminada do horizonte existencial. Nessa perspectiva, sair de casa se justifica somente no caso de uma transformação no *status* do filho, como o casamento ou o trabalho.

Diante da evidência de um possível fechamento da família e da exacerbação de seu lado protetor, as autoras recorrem ao conceito de “familiarismo”, como um recurso de compreensão para um estereótipo típico italiano. Esse conceito poderia ser definido como o fechamento do indivíduo em seu espaço familiar privado, caracterizando-se pela falta de interesse por tudo que seja do mundo social, que não seja uma referência à própria família. As autoras relacionam essa noção ao comportamento instrumental¹² do jovem adulto coabitante, ou seja, a sua falta de interesse em criticar a ordem pública ou apelar a ela, em favor de uma política voltada ao jovem que quer se emancipar. A centralização na família se daria em face da ausência de um Estado presente na vida dos indivíduos. No entanto, as autoras esmaecem as tintas com as quais desenham o conceito de familiarismo e o estereótipo da família italiana, ao afirmarem que nesta as relações tem como base o igualitarismo e se constituem como uma importante rede de apoio e proteção para os seus membros.

Heath (2003) realizou um estudo na Inglaterra com jovens adultos solteiros – situados em uma faixa etária média de 25,5 anos – que saíram da casa parental para viverem em moradias compartilhadas. A saída, de acordo com a pesquisa, configurou-se por motivos socialmente legítimos, ou seja, estudos e trabalho. Em um primeiro momento, a autora pontua a ausência de alguns importantes elementos de análise em pesquisas com essa faixa etária, como o registro de que após a saída da casa parental, a família pode continuar mantendo laços afetivos, materiais e econômicos por um determinado tempo, ou mesmo ao longo da vida.

De acordo com Heath, existe entre esses jovens a percepção da vida familiar como ontologicamente associada à idéia de lar, apoio e referência básica. Esses jovens continuam mantendo um forte sentimento de vinculação familiar. O tema é visto pela autora, como uma idealização de memórias da infância, muito ligadas ao espaço físico da casa. Alguns desses jovens relataram o desconforto vivido quando os pais, após sua saída, mudaram de residência; algumas lembranças de infância se desmaterializaram. De qualquer forma, a casa parental se afirma como um lugar estável, que fornece um pertencimento imutável.

¹²Segundo as autoras, o comportamento instrumental, nesse contexto, é um comportamento caracterizado pelo interesse na economia de gastos quando se mora com os pais.

Uma outra importante conclusão dessa pesquisa refere-se à mudança na relação entre pais e filhos após a separação. Estes últimos testemunham a tomada de consciência dessa realidade. Os jovens, em seus depoimentos, relatam que em seus retornos à casa parental, se sentem como visitantes. Esse sentimento teria a ver com a mutação gradual do relacionamento com os pais, que é declarada como não deliberadamente prevista. Heath sublinha que em alguns relatos percebeu como a forma de vinculação à casa parental está implicada na noção de permanência do ninho familiar. Alguns jovens declaram que seus quartos são deixados intactos pelos pais, prontos a recebê-los a qualquer momento. Dessa forma, entendemos que a dimensão de proximidade e afastamento relacional é apresentada como um objeto a ser negociado.

Embora esses jovens tenham uma moradia considerada como transitória, a maior parte deles a percebe como “sua casa”, revelando que a saída da casa dos pais constitui uma grande aquisição de autonomia. Em consequência, os entrevistados, em sua maioria, declaram, também, não considerar mais a casa dos pais como “sua casa”. Acreditamos que essa noção tenha se desenvolvido a partir de uma nova forma de se relacionar com os pais, conquistada em razão de um contexto de delimitação de espaços pessoais, validados e legitimados por ambas as gerações.

Uma outra pesquisa sobre o tema, realizada por Mitchell (1998), refere-se à tendência recente de retorno à casa parental de jovens adultos no Canadá. A autora, apoiando-se no campo teórico de ciclo vital familiar, investigou o nível de satisfação parental em relação à volta dos filhos. Esse grau de satisfação parental envolveu a busca de esclarecimentos relativa à qualidade da relação entre pais e filhos jovens adultos, no que concerne aos fatores sociodemográficos e socioeconômicos, que estão intimamente ligados a essa relação, de acordo com Mitchell.

A pesquisa de Mitchell (1998) envolveu 420 famílias que foram entrevistadas separadamente, por telefone. Cada entrevista telefônica teve a duração média de 30-45 minutos por membro da família. A discussão dos resultados se inicia com a afirmação de que os maiores benefícios produzidos pela relação, na visão dos pais, vêm a ser a companhia, a amizade, a ajuda instrumental na casa e ter a família recomposta em sua forma original. E o grau de satisfação

está fortemente vinculado à reciprocidade, a uma menor relação de dependência e a uma maior autonomia dos filhos. Na perspectiva dos pais, essa geração *boomerang* não é necessariamente acomodada e chegada ao conforto da casa dos pais, e as relações intergeracionais não são tensas, conflituosas ou insatisfatórias. A autora propõe, como um campo fértil de continuidade de pesquisa, a investigação do nível de encorajamento disponibilizado pelos pais, a fim de que seus filhos possam sair de casa e seguir suas vidas fora do espaço familiar e sobre quais seriam os efeitos dessas negociações sobre a vida dos membros da família.

Carbone A. e Coelho M. R. (1997) ampliam essa discussão, investindo em uma particularização rumo ao universo da família brasileira, especificamente a realidade da família paulista. As autoras analisam a família de adultos sob a perspectiva de ciclo vital, denominando esse momento de “fase madura”. Dessa maneira, delimitam algumas questões de notória relevância do ponto de vista de nossa cultura. Como exemplo, destacamos que entre essas famílias predomina o padrão da saída do filho da casa dos pais para casar, estudar ou trabalhar.

Essas autoras chamam a atenção para aspectos da dinâmica intergeracional vivida entre os membros, que põem em pauta a perpetuação de lealdades de afeto e sangue e transmissão de legados culturais. Esses aspectos incrementam a convivência da família com possibilidades de conflitos e ambiguidades diversas, transformando a fase madura em um momento delicado e difícil do desenvolvimento.

Outro aspecto sublinhado nesse estudo refere-se ao fato de 57% dos casais parentais alegarem que a principal característica do casamento, nessa fase madura, seja o companheirismo. Segundo as autoras, essa percepção em muito tem a ver com a liberação das responsabilidades e cuidados com os filhos. Nesse ponto, concordamos com essa interpretação. Se levarmos em conta a premissa de que nas famílias brasileiras de classe média, raramente, os filhos são incluídos na divisão de tarefas comuns, a suposição de que o casal possa usufruir um tempo maior para sua relação faz bastante sentido.

A maior parte dos entrevistados de Silveira e Wagner (2006), jovens adultos entre 27 e 35 anos e morando com os pais na cidade de Porto Alegre (RS), ressaltou que não fazia uma boa avaliação do casamento dos pais. As autoras sublinharam, com base nessa evidência, que esses jovens teriam uma concepção

diferente de casamento de seus pais. Assim, ressaltaram que, apesar de esses jovens terem o casamento como meta, como tarefa evolutiva a ser cumprida, essa instituição não se constitui como o principal projeto de suas vidas.

No domínio da dinâmica familiar, as autoras pontuam um hiperinvestimento na relação entre pais e filhos nesta fase de vida, e, conseqüentemente, um desinvestimento nos outros subsistemas, como, por exemplo, entre o casal conjugal e na relação entre os irmãos. Entenda-se que o excesso, de um lado, e a falta, de outro, possam criar um terreno propício ao favorecimento da dependência e sejam um dos fatores dificultadores do processo de emancipação.

De acordo com nossa pesquisa anterior (Henriques, 2004), o tema da saída da casa dos pais pode resvalar em um impasse, pois diz respeito a um objeto de conversação constantemente visitado pela ambigüidade. Esse ambiente de contraste desvela a dificuldade dos pais e dos filhos em colocar em palavras o assunto da separação na família. Fábio, 30 anos, engenheiro e solteiro diz:

Não vejo sentido em sair de casa simplesmente pra ter o meu espaço, não tenho essa motivação. (...) Eles iriam sentir muito no início, eu acho, eles nunca comentam o que vão fazer mais adiante. (...) Nunca se fala diretamente sobre isso, deve ser pra evitar falar sobre isso né?

Vejamos o relato de Fernando, 58 anos, engenheiro, casado e pai de Fábio:

Eu sei que um dia ele vai sair, a gente tem que esperar o dia chegar pra ver o que vai acontecer, mas vai demorar, as coisas estão bem estáveis por aqui, instabilidade só lá fora, por enquanto tudo está normal.

Na argumentação de Fábio percebe-se a “invisibilidade” do tema sair de casa que permeia as relações de sua família; ao não se falar no assunto, escamoteia-se essa realidade e posterga-se o sofrimento atrelado a ela. Esse sofrimento, do nosso ponto de vista, refere-se à perda de função dos papéis parentais, que vem a ser evidenciada na fala de Fernando “por enquanto tudo está normal”, ou seja, o seu lugar de pai ainda está garantido.

A visão de Dora, 27 anos, economista, solteira e morando com os pais, é a de que quando um filho sai de casa quem perde são os pais, eles são a parte fragilizada da relação familiar nesse momento. “Quando eu sair vai ser uma grande mudança pra eles, eles vão sentir, porque eles vão estar perdendo a filha, pra mim não, vai ser tudo novo, vai compensar”. Sem dúvida, a perda do papel parental parece ter mais peso na dinâmica familiar; contudo, chamamos a atenção para o fato de que a perda do papel de filho se apresenta como invisível nessa estrutura, sendo portanto mais difícil de ser verbalizada. Dora, por exemplo, assim como outros dos nossos entrevistados, não pretende deixar o seu papel de filha que mora com os pais “nem tão cedo”. “Eu não pretendo sair nem tão cedo, por enquanto está bom assim”.

O depoimento de Ana, 48 anos, casada e mãe de Alexandre, 27 anos, *designer* e solteiro, em nosso olhar sublinha a questão da ambiguidade implicada no tema da separação entre pais e filhos.

Chega uma hora que a gente tem que ser muito clara com eles, explicar que os atritos que rolam, é porque já está na hora de virar adulto mesmo, cuidar da própria vida. (...) aí a gente fica martelando na cabeça deles que tem que ter casa direita pra morar, um trabalho estável aí eles retrocedem.

Eis o relato de Alexandre:

Tem uma cobrança da sociedade pra se sair de casa, está em novela, tirinhas de *cartoon*, às vezes eu acho que eu é que sou o errado, fico meio confuso. (...) Eu acho que os meus pais gostam de eu estar em casa, se eu tivesse que sair agora, a minha vida ia ser mais difícil, sem contar com a solidão.

O discurso de Ana torna evidentes os sentimentos ambivalentes que habitam o território familiar. Assim como autoriza a autonomia do filho, ela o desautoriza ao “martelar na cabeça dele” as dificuldades que vai encontrar. É como se ela dissesse, simultaneamente, “seja autônomo” e “não saia de perto de mim” – o que vem a ser uma forma, mesmo que altamente desorientadora, de se manterem os papéis familiares preservados. A confusão de Alexandre em muito se

deve ao contexto de ambiguidades e invisibilidades que cerca a saída da casa dos pais.

Assim, nos apoiando nesses relatos, podemos concordar com Kaufmann (1996), quando este afirma que o princípio da autonomia pode invalidar a noção de transmissão, pois pode constituir um paradoxo, e ser paralisante. “Não se pode impor orientações aos filhos e pedir que sejam autores de sua própria vida.” (p. 39) Esse ato seria uma injunção paradoxal. Para este autor (1992), a injunção é uma construção social, histórica, familiar e pessoal, que produz a evidência da ação. Ela é o resultado de uma história social complexa, concretizada na transmissão dos bens culturais do indivíduo. A injunção perfeita seria forjada fora do pensamento, na forma de um automatismo adquirido e expresso na interação. Dessa forma, ela é silenciosa e invisível, guia os passos sem que esteja ao alcance imediato da consciência.

A injunção está fortemente presente nas práticas relacionais e é mantida pelos hábitos cotidianos. Podemos ter, como exemplo, o dever de agir dos pais e o “é preciso obedecer” dos filhos; em qualquer um dos casos são imposições que se insinuam como uma evidência, não são questionáveis. Se, por acaso, a injunção for posta em questão e romper sua invisibilidade, pode ocorrer uma luta interior que resvala na relação. Nesse caso pode haver o desgaste relacional e/ou um primeiro passo para a ressignificação desses atos, ou seja, uma reflexão sobre o que é necessário para um ajuste na relação.

Na prática, é possível dizer que a saída da casa dos pais autoriza o distanciamento da família de origem. De um lado, ela implica a aquisição de uma liberdade maior de movimentos, e de outro, a apropriação dos encargos da vida doméstica cotidiana. Assim, ela designa um afastamento em relação ao grupo familiar e um direcionamento a um outro contexto de regras. Esse afastamento pode não significar ruptura ou corte; a independência pode se dar no estilo de vida, permitido o abrigo de uma proximidade afetiva e encontros frequentes.

4.4

O espaço negociado, um ambiente familiar

Encontramos no dicionário Houaiss as seguintes definições para o termo negociação: transação, entendimento sobre tema polêmico ou controverso, conversação diplomática entre duas ou mais nações, visando a tratado ou convenção. Verificando que essas designações conferem um espaço mais amplo ao termo, sugerimos abordá-la em sua relação com o contexto em que se inscreve e nas condições em que ocorre. Trazendo o termo negociação para o campo familiar, estabelecemos que os membros da família, por meio de suas interações, constroem uma forma de se relacionar no âmbito doméstico. Esse formato de relacionamento é constituído por uma rede de regras de convivência, que podem ser flexíveis e abertas à mudança, em razão das necessidades pessoais ou coletivas dos membros da família. Assim, negociar significa estabelecer transações, no intuito de romper ou reeditar algumas regras familiares que possam estar em desacordo com um dos membros da família ou com o grupo familiar como um todo. Portanto, o lugar da negociação é a própria relação; esta é o terreno no qual ocorrem as transações, que têm como objetivo ganhar espaço na esfera interacional.

Consideramos oportuno incluir as idéias de Strauss (1992) sobre a negociação, vista na perspectiva das ciências sociais e considerada como um processo. Esse autor se propõe a formular uma teoria da negociação que se baseia, sobretudo, na distinção entre o contexto da negociação e o contexto estrutural a ela associado, entendendo este último como um conjunto de propriedades do sistema, no qual se estabelece a negociação. O contexto estrutural é mais amplo e mais abrangente que o contexto da negociação e se relaciona, com esse último, de forma recíproca. Assim, a mudança de um repercute no outro e o altera. O resultado da negociação pode afetar o contexto em questão e contribuir para a mudança, assim como para as futuras negociações.

Strauss afirma que uma ordem social ou organizacional é uma ordem negociada. Ao utilizar o termo ordem social, ele se refere, em um senso mais amplo, aos grupos, organizações, nações, sociedades, por exemplo, que produzem condições estruturais nas quais as negociações de um tipo particular possam

ocorrer. Ao se referir a negociações específicas, diz que elas estão subordinadas a condições específicas, como: quem negocia com quem, quando e a propósito de quê. Assim, a negociação obedece a um esquema e não se dá ao acaso. A negociação é concebida como uma relação complexa entre um processo de negociação cotidiano e um processo de avaliação periódico; este último estabelece os limites da negociação e alguns de seus direcionamentos. Os resultados da negociação, de acordos, regras e contratos, por exemplo, têm limites temporais, ou seja, deverão ser revistos, reavaliados e renovados.

Entre as dimensões do acordo e da negociação existe uma diferença crucial, segundo Strauss (1992). Pode-se ter um acordo sem que haja negociação, como também pode-se chegar a um acordo deixando espaço para a negociação, caso o acordo se rompa. A negociação acontece quando existe certa tensão entre as partes envolvidas; na falta desta tensão, não se negociará.

Na esfera da negociação estão envolvidas as interações específicas, os indivíduos que vão negociar, as estratégias e as táticas. Não se pode deixar de lado as consequências da negociação e seus processos secundários. Estes últimos, por exemplo, se referem aos ganhos, às vantagens obtidas, aos pagamentos de dívidas e estabelecimentos de acordos. O contexto da negociação é de grande importância para a sua compreensão. Strauss (1992) identifica algumas características desse contexto. 1) os negociadores e quem eles representam; 2) o ritmo da negociação, o seu tempo, repetições e sequências; 3) o equilíbrio de poder entre as partes envolvidas; 4) A natureza dos desafios (enjeux) respectivos na negociação; 5) a visibilidade das transações; 6) a complexidade do que é negociado; 7) a legitimidade da questão a ser negociada; 8) as opções que podem ser colocadas em ação para evitar ou rejeitar a negociação. Em relação a essa última característica, o autor pontua que quando as partes envolvidas percebem tentativas de manipulação, persuasão ou apelo a autoridades, as opções podem impedir a efetivação ou afetar o curso da negociação.

Como pudemos perceber, o conhecimento do contexto da negociação permite a revelação de uma análise microscópica das interações ocorridas em seu processo. A opção por dar relevância à negociação em si mesma se deve ao peso que ela exerce na dinâmica familiar. O território da negociação familiar é a esfera relacional, a dinâmica interativa da família. Nas famílias cujos filhos são adultos,

é esperado que a negociação faça parte do contexto familiar, de forma que as necessidades de cada membro da família possam ser constantemente revistas, facilitando o percurso para o consenso. Para que isso possa ocorrer, é necessário que a família disponha de uma capacidade suficiente de flexibilidade, no que concerne ao universo de suas regras de convivência.

“*Uma relação de forças*”, desta forma, Ramos (2002) se refere às estratégias utilizadas pelos membros da família, que objetivam romper ou esgarçar as regras instituídas. Para tanto, nessa esfera de relação de forças, eles vão negociar formas de convivência suficientes para garantir a manutenção de seus espaços pessoais. De um lado, os pais vão procurar conservar as características do espaço comum familiar, e, de outro, os filhos vão buscar margens de manobra para a conquista de mais espaço em relação à ordem inicial. É importante insistir que a negociação deve ser cuidadosa, a fim de não colocar em risco o equilíbrio da relação – de forma que, à medida que os filhos forcem ou vão longe demais em suas demandas, os pais podem fazê-los recuar por meio de estratégias que visam o apelo à ordem e à reafirmação do espaço da casa como parental. No entanto, pode-se chegar a um meio-termo que redefina o contexto original. Isso não impede que os filhos continuem insistindo em suas formas de esgarçar esse contexto, por meio de pequenos atos que se infiltram no *corpus* parental. Eles “jogam com as regras”, de acordo com Ramos (2002).

Chamamos a atenção para um fato: os termos das negociações nem sempre ocorrem em um contexto de diálogo explícito, nos quais os membros apresentam os seus termos de forma clara e com um objetivo delimitado. Baseando-nos em nossa pesquisa anterior (Henriques, 2004), sublinhamos que uma família pode chegar a um consenso sobre uma determinada questão sem que haja uma negociação clara. Vejamos o exemplo da família A, referente à não-permissão, para os filhos, de trazer namoradas ou namorados para o sexo em casa. Essa família é composta pela díade parental e por dois filhos adultos: Ana, psicóloga, 36 anos, solteira; e André, analista de sistemas, 34 anos e solteiro, todos coabitantes.

Uma das regras de convivência dessa família, estabelecida pelos pais – portanto, uma regra parental – no momento em que os filhos, já universitários, começaram a ter relacionamentos afetivos mais duradouros, interditava a prática

do sexo no domicílio familiar. Os (As) namorados (as) poderiam dormir na residência, desde que em quartos separados. No entanto, André, aos 30 anos, levou a namorada para passar a noite com ele em seu quarto, sem que o assunto tivesse sido discutido com os pais. Após o fato, o pai não quis comentá-lo e a mãe propôs uma conversa, afim de que André explicasse o ocorrido. A semana decorreu e o diálogo foi “evitado” pela família. No fim-de-semana seguinte, André levou a namorada, outra vez, para passar a noite com ele. A resposta dos pais a esse fato foi um “belo” café da manhã para o novo casal, servido na mesa da sala de jantar da família. Os pais disseram que a regra foi “quebrada no tranco” por André e que isso os fez refletir sobre a necessidade de rever a proibição.

Nesse caso, podemos perceber que a negociação ocorreu de uma forma não explícita e que o estabelecimento de um acordo foi possível, em razão dos comportamentos dos membros da família. Estes mobilizaram ações que colocaram à prova uma regra rígida e não revista pela família, ao longo da sua própria história. Assim, a negociação passa também pela comunicação não-verbal. Esta comunicação permite muitas vezes dizer o que não pode ser dito, ou seja, a palavra explícita é crítica, expõe a evidência e as confrontações. Portanto, algumas vezes, podem ser escolhidas formas mais amenas e implícitas de lidar com as insatisfações, que seriam as comunicações sem palavras, as quais permitem resguardar os espaços pessoais, optando pelo terreno da ambiguidade e guardando para si seus desprazeres.

Destacamos que a pragmática das relações interpessoais familiares comporta não só as palavras, suas configurações e significados, mas também seus concomitantes não-verbais e a linguagem corporal. Ainda chamamos a atenção para o fato de que as omissões, o silêncio e as não-representações no contexto interacional familiar podem constituir uma estratégia de evitação de conflitos, com o propósito de preservar a relação entre os membros da família.

A expressão verbal é uma poderosa forma de administração das insatisfações no domínio interacional. No entanto, ela pode se apresentar como fonte de dificuldades, em razão da sua capacidade de se engajar explicitamente em uma espécie de “prestação de contas”, em um caminho cujos efeitos podem ser fatigantes e custosos. Dessa forma, é comum que os integrantes das famílias escolham os percursos mais silenciosos nas suas transações, muitas vezes

omitindo ou até mesmo mentindo para evitar os conflitos abertos. No que tange ao universo dos filhos adultos, concordamos com Ramos (2002), quando diz que a estratégia da omissão, do silêncio e da mentira visa regular a autonomia destes e o resguardo de seus espaços pessoais na relação com os pais. E acrescentamos que a mesma tática pode ser utilizada pelos pais, que por meias palavras, mímicas corporais e outras formas de comunicação podem expressar seus sentimentos e inquietações.

Contudo, as negociações no terreno familiar podem ser instigadas por um conflito explícito. Os membros podem dizer claramente seus desapontamentos diante de regras rompidas, espaços invadidos, criticar e reivindicar transformações que possam culminar em acordos ou compromissos também explícitos. Essa seria a forma mais adequada de negociação em um contexto familiar suficientemente igualitário. Lembremo-nos de que à medida os filhos crescem e vão ganhando autonomia, mais o relacionamento vai se aproximando do que Giddens (1992) defende como relação pura. O que define essa relação é que ela é pura por estar atrelada somente ao que pode trazer de satisfatório aos envolvidos – este é o seu critério. O compromisso é a sua base e deve ser entendido na perspectiva de que faz parte de uma troca de esforços; sendo assim, não é “dado”, é construído na relação.

Para Simmel (1912), em *O conflito*, o compromisso é uma das maiores invenções da humanidade e faz parte das estratégias que utilizamos em nossa vida cotidiana. Segundo esse autor, o conflito acaba em um compromisso, que não é nem uma vitória nem uma derrota, e sim, uma conquista, um processo de negociação. Toda a troca de opiniões geradas pelo conflito porta a noção de que os valores e os interesses em pauta têm uma característica puramente objetiva e concretizável no compromisso.

O conflito é uma dimensão positiva para Simmel. O erro de sua incompreensão como instância positiva vem a ser a dualidade como forma de pensamento. De acordo com esse autor, o mundo precisa de certas doses de forças repulsivas e atrativas, para aceder a uma forma definida. Portanto, amor e ódio, harmonia e dissonância, associação e competição, simpatia e antipatia não são simplesmente duplas de contrários; são categorias interativas que compõem o

corpo social. Assim, são importantes e positivas para a sociedade, há reciprocidade entre os opostos; o conflito seria uma forma de unificação.

Em si mesmo, o conflito já é a resolução da tensão entre os contrários; o fato de que ele visa a paz é só uma expressão dentre outras, particularmente evidente, do fato que ele é uma síntese de elementos, um *pró o outro* e um *contra o outro*, que é preciso classificar sob uma só concepção. Este conceito é definido pela oposição comum a estas duas formas de relação, contra a simples indiferença mútua desses elementos... (Simmel, 1912, p.20)

Este jogo de pró e de contra existente no conflito se torna uma estratégia, um objeto tático, assim como põe em evidência o duplo movimento de ofensiva e defensiva que possa haver na relação. Se um lado tomar a ofensiva e outro se colocar na defensiva e se o conflito durar um certo tempo, os dois lados podem adotar sucessivamente ou alternadamente as duas atitudes – o que, segundo Simmel (1912) é positivo e contribui para a regulação das relações. Tomando como exemplo um embate entre adversários, a solução tanto pode consistir na vitória de um, na resignação ou no cansaço do outro, ou ainda na busca de um consenso entre os participantes, ou seja, o compromisso.

Assim, o conflito não é um “acidente” na vida cotidiana; ele é integrante dela, não tem um papel unilateral, mas sim polivalente. Simmel nos esclarece a respeito do hábito em se qualificar o conflito como algo que deva ser excluído das relações ou evitado na medida do possível. Pelo contrário, ele põe em evidência a positividade do conflito como forma de socialização e põe um acento na sua capacidade de contribuir para a integração.

Entendemos que o conflito e o compromisso são formas de negociação e estão presentes nas interações cotidianas da família. Dessa forma, quando acontece o conflito no domínio familiar, pais e filhos põem em prática algumas estratégias, com o propósito de ganhar espaço em seus territórios pessoais, no que concerne ao objeto de disputa. O acordo ou compromisso resultante desta negociação, provavelmente, dirá respeito à reedições de regras familiares, rígidas, que serão revistas e assim, transformadas ou não, dependendo da disponibilidade da família para a mudança, no momento.

Por outro lado, insistimos na noção de conflito defendida por Simmel (1912) e buscamos articulá-la ao contexto relacional familiar delimitado nesta

tese. Na esfera de interações familiares, sentimentos como a irritação ou as trocas jocosas e risíveis são fartamente vividas e podem mascarar uma circunstância conflituosa. Esses dois sentimentos constituem os pólos do conflito, se entrelaçam, constituindo a unidade, proclamada por Simmel. Essa forma de comunicação evidencia uma particularidade de linguagem na prática familiar, uma linguagem paradoxalmente atrelada ao domínio conflituoso. De modo que a irritação pode levar ao riso, o que seria uma forma de esmaecer o conflito ou neutralizá-lo. É bastante comum encontrarmos relatos de episódios de irritação que são recontados de forma cômica; é criado um outro contexto de realidade para este evento, uma realidade mais suave e menos tensa.

Essas pequenas tensões podem esconder um conflito maior subjacente. Seriam pequenas incursões pelo domínio das emoções que visam abrandar, ironizar, como também manter o conflito na ordem do dia, ou seja, fora da zona do esquecimento. Essas minimanifestações de humor têm a função, igualmente, de manter na memória dos membros da família em interação algo que os inquieta secretamente. Tais atitudes podem se repetir no cotidiano, de forma a relembrar o desconforto que o outro provoca. Situações exemplares são as reclamações das mães em relação à arrumação dos quartos dos filhos; são expressões que liberam um pouco da carga inicial do conflito, ou seja, a não-observação de uma regra de convivência da parte dos últimos.

Quando os pais de André¹³ recontam o episódio da regra familiar quebrada no tranco, o fazem de uma forma jocosa, formulam uma história recheada de elementos irônicos e cômicos. Apesar de relativizarem o fato, consideram importante enfatizar o sentimento de desconforto inicial; este seria um modo de manter ao alcance da memória, a origem do conflito. Nesse relato observamos as influências mútuas e complementares de sentimentos em oposição - a narração irônica e cômica e a irritação - e intimamente vinculados.

Assim, a negociação revela um processo que abarca duas realidades, a dos pais e a dos filhos. Talvez possamos dizer que esse processo constitui uma desconstrução de uma realidade comum, de um estatuto familiar. Desta desconstrução surge a construção de uma nova realidade, que ganha terreno nas conquistas pessoais dos filhos e na redefinição dos papéis de pais. Estes, ao

¹³ Referência da família A, citada na página 21.

recuarem com relação a seus posicionamentos, validam os ganhos e as competências dos filhos. E estes, mais autônomos e competentes, contribuem para a reatualização dos estatutos familiares.

Enfatizamos, dessa maneira, a importância do minúsculo no jogo interacional vivido no cotidiano e afirmamos que o processo de interação se faz a partir de pequenas moléculas, de pequenos gestos e palavras expressos na relação. A força dos momentos da ordem do infinitesimal reitera e reforça a grandeza da vida doméstica como recurso de compreensão da dinâmica familiar. Nesse ponto, Giddens (1984) acrescenta mais um pilar a essa discussão. Trata-se de uma formulação indicativa de que a análise das rotinas, inscritas na vida cotidiana, contém vários elementos psicológicos, que jogam luz sobre as interações.

A vida social comum, aquela de todos os dias, põe em cena a segurança ontológica, baseada na autonomia do controle corporal e nos limites das rotinas e dos encontros previsíveis. A característica rotineira dos caminhos tomados pelos indivíduos (agentes)¹⁴, que se deslocam no tempo reversível da vida cotidiana, não sobrevém destes: é produzida pelos modos de controle reflexivo de ação, que os indivíduos exercem em situação de co-presença. (Giddens, 1984, p. 113)

No decorrer de suas atividades cotidianas, os indivíduos se encontram em determinados contextos de interação, nos quais estão fisicamente em co-presença. Isto quer dizer que, quando os indivíduos se encontram em um conjunto de condições de co-presença, eles têm o sentimento de estarem “perto o suficiente para serem percebidos no que fazem, incluindo as suas próprias experiências do outro, como também, perto o suficiente para serem percebidos como portando o sentimento de serem percebidos.” (p. 117) Ou seja, os posicionamentos de cada um diante do outro, incluindo suas expressões faciais ou gestos – as propriedades sensoriais dos corpos transmitidas diretamente de um para o outro –, variam de acordo com as circunstâncias, com o espaço e o tempo. Portanto, o modo como os indivíduos vivem cotidianamente é construído na interação, de acordo com o autor, e é inerente à continuidade da vida social. E se considerarmos assim, podemos compreender as subjetividades na rotina de todos os dias.

¹⁴ O autor utiliza os termos agente e ator alternadamente, mas ambos os termos, segundo ele, são suficientes para expressar a compreensão de que eles são capazes de compreender que “sabem o que fazem e porque o fazem” em suas condutas. (p. 33)

Esse autor estabelece um elo entre o que se passa em um contexto de interação e as experiências primárias vividas pelo ser humano. Para tanto, recorre a Erikson (1963), cuja obra, inscrita na Psicanálise, integra contribuições das ciências sociais. Giddens (1984) sublinha a relevância do conceito de Erikson de etapas de desenvolvimento da personalidade para a constituição desse elo, assim como destaca a relação mãe e bebê. A respeito dessa relação, ele ressalta que a noção de que a mãe, já em seus primeiros cuidados com o seu bebê, o inscreve em um mundo social, caracterizado por normas que o acompanharão nas relações sociais posteriores. Esta afirmação é fundamental para o entendimento da correlação proposta por Giddens. Assim, a angústia da ausência da mãe, neutralizada pelas gratificações da co-presença, prepara o terreno para os futuros engajamentos e desengajamentos das interações.

Para melhor compreendermos essa correlação indicada por Giddens (1984), seguiremos algumas pistas conceituais presentes na obra de Erikson (1963). Esse autor apresenta uma escala representada em fases de desenvolvimento da personalidade, fases essas estreitamente ligadas ao crescimento físico e social da criança. Cada fase formaliza uma progressão no tempo e uma gradual diferenciação de partes componentes da “vitalidade mental”. Erikson afirma:

Pode-se dizer que a personalidade se desenvolve de acordo com uma escala predeterminada na prontidão do organismo humano para ser impelido na direção de um círculo cada vez mais amplo de indivíduos e instituições significantes, ao mesmo tempo que está cômico da existência desse círculo e pronto para a interação com ele. (Erikson, 1963, p. 92)

Nós nos concentraremos nas três primeiras fases, em razão de serem as mesmas destacadas por Giddens (1984), para fundamentar o elo entre o psicológico e o social. Cada uma das fases propostas por Erikson inclui polaridades que podem ser distintas, de forma sucessiva, ao longo da transformação do corpo como instrumento de ação no mundo. A primeira é a confiança e a desconfiança de base. A confiança, assegurada pela mãe, permite ao bebê não perceber a ausência da mãe como um abandono. Assim, essa dinâmica psicológica vem acompanhada do primeiro triunfo social dessa relação, pois de acordo com Giddens, o consentimento do afastamento da mãe se torna uma certeza interna

para o bebê, ao mesmo tempo que se afirma como uma previsibilidade em relação ao mundo externo.

A segunda fase proposta por Erikson indica uma polaridade referente à autonomia: a vergonha e a dúvida. “Reter e “deixar sair” são os correlatos comportamentais dessa polaridade, que seriam expressões tradutoras do controle dos dejetos corporais, como também de movimentos corporais como o dos braços e mãos do bebê. As tensões vividas nessa etapa podem colocar em evidência um aspecto da angústia referente à aparência corporal. Ficar envergonhado ou sentir-se humilhado podem ser indicadores da existência de sentimentos de vergonha ou dúvida de si. Esses sentimentos, segundo Giddens (1984) estão presentes nas interações e podem estar associados a um outro sentimento, o constrangimento, sendo que todos estariam intimamente ligados aos engajamentos dos encontros.

A terceira fase, descrita por Erikson, coincide com a aquisição da linguagem e se expressa em uma polaridade que estabelece a oposição entre a iniciativa e a culpabilidade. Vem a ser uma fase de iniciativa, por colocar em cena a transição edipiana e a capacidade de controle interno, necessária para que a criança se aventure fora dos limites da família. No entanto, esses controles internos são obtidos por meio do recalque, o que para certos indivíduos pode significar uma angústia engendrada pela culpa. No ponto de vista de Giddens (1984), o desenvolvimento da capacidade de agir de forma autônoma está estreitamente ligado ao reconhecimento do outro como indivíduo, e a resolução dessa fase supõe a exploração do corpo como um mediador da ação.

Esse elo – entre a psicodinâmica e os mecanismos sociais da interação, indicado por Giddens – põe em evidência o inconsciente como uma entidade presente nas interações e nos conjuntos de condições de co-presença. “Os componentes da motivação da personalidade infantil e adulta derivam de uma tendência geral a evitar a angústia e a preservar a auto-estima contra os transbordamentos da vergonha e da culpabilidade.”(1984, p.106). De acordo com este autor, esses sentimentos, sujeitos à trama do registro inconsciente, subjazem, em termos de desenvolvimento, a aquisição da competência lingüística – competência esta, necessária à “consciência discursiva” (Giddens, 1984, p. 34), que pressupõe que o indivíduo possa comunicar de forma coerente suas atividades, assim como, definir suas razões.

Assim, o autor liga a psicodinâmica aos caracteres rotineiros da vida social. A rotinização seria essencial aos mecanismos psicológicos, que asseguram a manutenção dos sentimentos de confiança, a segurança ontológica nas atividades cotidianas. Sendo que, a rotina é capaz de conter as fontes de tensões inconscientes, que podem estar presentes na “quase totalidade de nossos momentos de vigília.” (p. 34)

4.5

Construindo uma distância suficiente na relação

A resignificação da relação entre pais e filhos adultos desempenha um papel fundamental no reconhecimento e na validação dos espaços pessoais e coletivos, no ambiente familiar. Ela permite a construção de um novo espaço: o ambiente familiar no que era antes um espaço parental, um lugar vinculado ao princípio de uma relação entre iguais. Esse ambiente familiar é a própria convivência, o cotidiano da família, o território da mutualidade, da possibilidade de compartilhar sentimentos e da cooperação. Assim, a família de adultos constitui seu *habitat*, forjado em um conjunto de regras que estruturam a convivência. Essas regras, como vimos, foram negociadas explicita ou implicitamente pelos membros da família, visando garantir a autonomia de seus membros em seus espaços pessoais e coletivos. Assim, o espaço geográfico da casa equivale ao espaço afetivo; este último encontra sua representação nos limites físicos do primeiro. A utilização pelos membros da família destes espaços manifesta o nível de proximidade ou de afastamento relacional, que também expressa uma conquista ou um fracasso de seus intentos de negociação.

Instituir uma boa distância se afigura como o eldorado da relação pais e filhos. Para isso eles não medem esforços, silenciam diante dos assuntos não negociáveis, agem com paciência na busca de soluções para os impasses, utilizam as cansativas pequenas argumentações que aliviam as tensões, ou ainda, em casos extremos, usam o grito para manifestar suas irritações. Nesta última ocorrência, costumam se mobilizar para a negociação, através de palavras ou de gestos.

Dessa forma, o movimento é constante e sem fim, posto que o indivíduo é um ser em acabamento, em devir. A dinâmica familiar possui esse constante

movimento interno, um jogo de ir-e-vir, responsável pelo estímulo e pela evolução de algo da ordem da continuidade de ser, como nos diz Winnicott, ao longo de sua obra.

Esse ambiente familiar torna-se propício para o estabelecimento das fronteiras individuais, adequadas para a convivência relacional. Para cada conversação ou gesto existe uma distância funcional, suficientemente boa para a continuidade das relações. Nem muito perto, nem muito longe, algumas vezes perigosamente muito perto ou arriscadamente muito longe, as famílias descobrem essas possibilidades na prática, nos detalhes do cotidiano, de maneira que, o simples planejamento das refeições do fim de semana pode ser exemplar da distância funcional. Quem participa das decisões do que vai ser feito, quem faz a lista de compras, quem compra, quem faz a comida, quem está presente, quanto tempo dura a refeição, o tema das conversações à mesa, estas e ainda outras indagações podem ser formuladas e consideradas como pistas para a investigação do tema.

Acreditamos que para constituir um ambiente familiar, com o sentido especial de um momento de convivialidade, seja preciso que os espaços pessoais dos membros da família concedam um campo ao sentimento compartilhado, ao coletivo. É essencial que haja porosidade nesses espaços individuais para que o ambiente possa emergir, revelando suas características singulares de abrigar o prazer de todos estarem juntos e da mutualidade. Dito de outra forma, a fluidez dos espaços pessoais dos membros da família concede a prevalência do ambiente familiar. Esses momentos podem ser simples atividades cotidianas.

A hora do “cafezinho” pode ser convencionada pelos membros da família como o momento de deixar os espaços pessoais para se encontrar no ambiente familiar, com o objetivo de fazer comentários ou trocar impressões sobre outros assuntos. Nessa atividade doméstica cabe o significado de integração das participações individuais, que passam para o registro coletivo, ou espaço potencial, de acordo com o vocabulário de Winnicott (1971). Esse momento é reconhecido como integrador e é estimulado e instigado pela família, como um modo de promover o encontro nessa área de integração.

Na situação de ambiente familiar, é possível que a proximidade alcance um nível suficiente para o compartilhamento e que os membros da família façam

circular a intimidade, forjada na confiança e na validação dos comportamentos. O jogo de afastamento e proximidade vai ser vivido intensamente; ora se está em uma dimensão e ora na outra. A fim de efetivar esta interação, é preciso saber dosar os níveis de proximidade e de afastamento, para que a conversação possa fluir. Tudo vai depender do assunto em pauta e de qual membro o aborda, para quem o dirige e em que contexto relacional se apóia, ou seja, pai/filho(a); mãe/pai; irmão/irmão(a); mãe/filho(a). As coalizões são importantes neste jogo, pois realçam a posição do membro da família no momento da conversação.

O afastamento proporciona o resguardo dos espaços pessoais. Em uma conversação pode se manifestar através do silêncio, da argumentação pela preferência em não se posicionar ou até mesmo da retirada física do campo de ação, dentre outras formas de expressão. Na família com filhos adultos é observado, com bastante frequência, o recolhimento destes em seus espaços privados, seus quartos. Os momentos coletivos seriam especiais, reduzidos a poucos períodos de duração. Esse fato pode nos indicar o quanto é importante para esses jovens a privacidade, o resguardo do olhar parental, o exercício da liberdade e da autonomia de gestos e palavras.

A questão que se pode colocar vem a ser: o quanto de afastamento os membros da família suportam em sua convivência, sem que ocorra desgaste relacional? E ainda pode se desdobrar na seguinte indagação: o afastamento e o desgaste relacional são suficientes para que a questão da separação possa se impor como um fato, ou ao menos como objeto de reflexão?

Para compreender a dimensão destes opostos, proximidade e afastamento e a complementaridade existente entre eles, retornamos a Simmel (1912). Esse autor chama a atenção para as duplas de contrários, que menos que oposição, reivindicam o estatuto unitário, de reciprocidade. “A relação, ela tem por assim dizer, em um primeiro momento, certa temperatura, que não é produzida somente pela compensação entre um pouco mais de calor ou um pouco mais de frio” (p. 30). Não existe indiferença entre estas dimensões, elas se interpenetram formando um acordo entre as partes, um acordo simétrico, no qual a qualquer momento pode se insinuar a alternância. Essas dimensões, na relação, “são a tal ponto misturadas que não se pode distingui-las em suas energias específicas” (p. 32). Portanto, o antagonismo e a decomposição podem ser utilizados para nos ajudar a

descrever ou a classificar. Contudo, devemos compreender que tais qualidades não são só distintas e justapostas, mas miscíveis.

À unidade proximidade/afastamento, adicionamos uma outra, profundamente imbricada a anterior, a dimensão do pertencimento e autonomia. A questão de pertencer a um grupo familiar e se tornar independente dele, autônomo, no sentido dado a este conceito por Singly constitui um paradoxo: unir para se separar.

Livre! A palavra mágica das sociedades modernas é pronunciada. Palavra que abriga um problema, pois vivemos em uma sociedade composta de indivíduos, cujo sonho é, tanto, ser livre, em seus movimentos, em seus corpos, em seus amores, quanto não se encerrar em papéis, lugares e esperas. (...) como os laços podem ser compatíveis com a liberdade das pessoas ... (Singly, 2003, p. 11-12)

É preciso que a família saiba promover o seu encontro no ambiente familiar, para que os membros possam se situar em um terreno menos ambíguo. O entendimento de que é possível se afastar e ao mesmo tempo pertencer ao grupo familiar de origem é uma questão que se coloca na esfera da resignificação da relação entre pais e filhos e possibilita a separação de fato, a saída dos filhos da casa dos pais. A busca de um acordo é a tentativa de estabelecer uma distância suficiente entre pais e filhos; o ajuste dessa distância deve prever a coesão da família, ao mesmo tempo que imprime os interesses de cada um.

Essa área de negociações pode ser compreendida como um processo de desconstrução de uma realidade comum. A realidade desconstruída é a realidade instituída em momentos anteriores da família, uma realidade construída pelos pais, que se esforçaram ao longo dos tempos em mantê-la. A “nova” realidade é baseada no consenso, é uma conquista na interação, na qual a visão dos filhos provoca uma transformação nos pais. Transformação, que ao legitimar o novo *status* do filho, ganha as características de uma nova realidade.

A noção de filho-outro está intimamente vinculada a de pais-parceiros. A redefinição desses lugares foi forjada na interação entre estas duas partes, mediante negociações que alargaram seus espaços pessoais, ao mesmo tempo que os validaram. Ambos alcançaram estas condições juntos; a mudança de um gerou a transformação do outro. A distância apropriada, uma invenção da família, pode assegurar a manutenção deste espaço com potencial transformador, ou seja, o

ambiente familiar. No entanto, como nada é definitivo, é preciso que ocorram negociações constantes, a fim de equilibrar a interação, que está sempre em movimento.

Um outro aspecto da convivência diz respeito aos constrangimentos impostos pelo campo social. O viver em família é fortemente afetado pelo processo de individualização da sociedade contemporânea. Em um sentido mais largo, a dosagem do estar só e do estar junto constitui uma grande fonte de angústia para o indivíduo, por se mostrar estreitamente atrelada aos cânones daquele processo. Singly (2005) afirma que o individualismo é aprovado por cada um de nós a título pessoal e recusado no nível coletivo. Entendemos a contradição que vigora na atualidade da seguinte forma: o indivíduo defende o individualismo para si próprio, ao mesmo tempo em que critica os seus efeitos no universo social. Ele pode até desejar o pertencimento, o laço; porém, em contrapartida, não pretende reduzir a sua cota de liberdade. Esta seria a clivagem demonstrada por Singly, o drama da contemporaneidade – ou segunda modernidade de acordo com o vocabulário de Giddens (1999) – reside na seguinte injunção paradoxal: “para ser membro da sociedade, seja um indivíduo individualizado” (Singly, 2003, p. 240).

Dessa forma, esse indivíduo pode escolher pertencer a esse mundo coletivo de um modo mais tênue, ou mesmo escolher ter vários pertencimentos ao invés de um único, mais forte. De outro ângulo, o indivíduo pode se habilitar, por meio da escolha, na arte de colocar a distância, diferentes dimensões de pertencimento. Em outras palavras, ele escolhe o que deseja ter mais perto de si ou mais afastado, conforme o grau de constrangimento da dimensão em questão. Singly (2007) esclarece essa noção através do exemplo da bolsa ou mochila (sac), que, metaforicamente, contém diversas dimensões identitárias, construídas ao longo da vida. A vida se constituiria em um jogo de colocar e tirar dimensões desses espaços, de acordo com as prioridades do momento. O conteúdo dos mesmos não é o que importa e, sim, o poder de escolher o que entra e o que sai. Esse processo representaria a idéia do individualismo nos dias de hoje, segundo Singly.

No universo familiar, sobretudo, o fato de o indivíduo poder se autorizar a sonhar com uma vida que congregue, ao mesmo tempo, estar só e estar junto pode

configurar-se como extremamente ambíguo. No entanto, essas duas opções podem funcionar em um jogo de ir-e-vir, no qual o membro da família pode definir, escolher ou hierarquizar o que lhe é mais conveniente. Se for mais apropriado ser “filho de”, ou “pais de” em um contexto, em outro, pode ser mais eficaz ser “companheiro de”, “parceiro de”. De toda forma, existe uma tensão constante. Poder estabelecer qual é a dimensão desejável, para um determinado contexto, parece ser a meta e tal meta é conquistada no convívio, sem dúvida alguma. A vida cotidiana pode traduzir as diferentes formas de engajamento, priorizadas ou “hierarquizadas”, segundo o vocabulário de Singly (2007), pela dimensão interacional. Assim, a possibilidade de objetivar a vida cotidiana se afirma como um recurso valioso de apreensão das intersubjetividades.